

Entre o anjo da história e a morte do anjo do lar: anarquismo e a escrita feminina no jornal *A Plebe*

Between the angel of history and killing the angel in the house: anarchism and women's writing in the newspaper A Plebe

Ana Clara do Carmo Clemente*

Esther Zamparole de Oliveira**

Resumo: Este artigo propõe uma análise do anarquismo na Primeira República brasileira (1889-1930) mediante a aplicação da perspectiva de Walter Benjamin de "escovar a história a contrapelo" (1985c). O objetivo é duplo: resgatar a narrativa do movimento anarquista, sistematicamente reprimido e silenciado, e, dentro dele, iluminar a historicidade das mulheres, duplamente invisibilizadas. O estudo centra-se no gênero como categoria de análise (Scott, 1988), examinando a autoria feminina no jornal *A Plebe* entre 1917 e 1923, tomando escritos de colaboradoras como fontes primárias, além disso, foi feita uma revisão bibliográfica de autoras e autores como Margareth Rago (1985; 2004; 2008), Silvio Gallo (1990), Claudio Batalha (2018) e Alexandre Samis (2008). O estudo demonstra como essas mulheres articularam de forma intrínseca a crítica anticapitalista e a luta antipatriarcal, defendendo que a emancipação feminina era indissociável da libertação social total. Conclui-se que a escrita feminina anarquista se constitui não apenas como um testemunho de resistência, mas como uma prática intelectual que forjou um espaço singular de agência e crítica no interior do movimento operário.

Palavras-chave: Anarquismo; História das mulheres; Brasil.

Abstract: This article proposes an analysis of anarchism in the First Brazilian Republic (1889-1930) through the application of Walter Benjamin's perspective of "brushing history against the grain" (1985c). The objective is twofold: to recover the narrative of the anarchist movement, which was systematically repressed and silenced, and, within it, to shed light on the historicity of women, who were doubly invisible. The study focuses on gender as a category of analysis (Scott, 1988), examining female authorship in the newspaper *A Plebe* between 1917 and 1923, using writings by female contributors as primary sources. In addition, a bibliographic review was conducted of authors such as Margareth Rago (1985; 2004; 2008), Silvio Gallo (1990), Claudio Batalha (2018), and Alexandre Samis (2008). The study demonstrates how these women intrinsically articulated anti-capitalist criticism and the anti-patriarchal struggle, arguing that female emancipation was inseparable from total social liberation. It concludes that anarchist women's writing constitutes not only a testimony of resistance, but also an intellectual practice that forged a unique space for agency and criticism within the labor movement.

Keywords: Anarchism; Women's history; Brasil.

* Acadêmica em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação (GEPETHE-UCP). historianacc@gmail.com

** Acadêmica em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP).

Existe um quadro de Klee intitulado “Angelus Novus”. Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés.

Walter Benjamin. *Sobre o Conceito de História*.

Fui para cima dela e agarrei-a pela garganta. Fiz de tudo para esganá-la. Minha desculpa, se tivesse de comparecer a um tribunal, seria legítima defesa. Se eu não a matasse, ela é que me mataria. Arrancaria o coração de minha escrita. [...] Matar o Anjo do Lar fazia parte da atividade de uma escritora.

Virginia Woolf. *Profissões para mulheres*.

Introdução

O historiador, segundo Walter Benjamin (1892-1940), deve assumir o olhar do “Angelus Novus”, figura central de sua *Tese IX de Sobre o conceito de história* (1985c). Ele deve se recusar a seguir o passado como uma tempestade da marcha progressiva, deve arregalar seus olhos, fixos em uma “catástrofe única” das ruínas do passado, deve juntar os fragmentos e abrir suas asas (Benjamin, 1985c). É essa a imagem do anjo da história que a historiografia deve incorporar: aquela também voltada para os escombros dos vencidos, com o intuito de ressaltar os subalternos. É essa perspectiva que nos permite enxergar, de forma concomitante, o que Virginia Woolf (1882-1941) definiu como “matar o anjo do lar” (Woolf, 2013, p. 5). Em *Profissões para mulheres* (2013), a escritora descreve essa figura alada como um fantasma da domesticidade e da passividade, cuja morte é uma das condições para que a mulher possa escrever e participar da esfera pública. É uma legítima defesa da autoexpressão e da presença feminina. A articulação

entre o olhar crítico do *Angelus Novus* e o ato de matar o *anjo do lar* — uma recusa ao que era considerado o modelo ideal de feminino, fundamentado no patriarcado — revela-se como uma lente historiográfica importante.

Este artigo parte da articulação entre esses dois gestos para empreender uma dupla análise historiográfica. Dessa forma, tal narrativa — a que ressalta os subalternos — pode ser compreendida partindo de uma breve síntese acerca da própria história da construção da disciplina histórica. Os séculos XIX e XX viram a história consolidar-se como uma ciência com pretensão de objetividade e progresso. Correntes como o positivismo e o historicismo estruturaram narrativas que buscavam legitimar o Estado-nação e a burguesia, concentrando-se no que ficou conhecido como a história dos “grandes homens” e nos feitos das elites. Porém, com o “esgotamento do modelo acadêmico” (Fontana, 2004) surge uma necessidade de se pensar além dos personagens consolidados pela historiografia oficial. E, ao propor o ato de escovar a história a contrapelo, Walter Benjamin, em sua Tese VII desloca o foco dessas narrativas empáticas com os vencedores para os fragmentos e vestígios deixados pelos vencidos, apresentando a possibilidade de uma abordagem que permite reconhecer experiências subalternas que foram invisibilizadas (1985c).

Nesse limiar, objetivamos, primeiro, iluminar a trajetória do movimento anarquista no Brasil da Primeira República (1889-1930), período marcado por uma dualidade estrutural: enquanto promovia uma modernização seletiva, mantinha as profundas desigualdades da sociedade. Nesse contexto, ganhou força o movimento anarquista, uma força política e social que, após sofrer severa repressão estatal, foi em grande medida lateralizada pelas narrativas históricas oficiais. Em segundo lugar, e no cerne de nossa investigação, buscamos ressaltar a escrita e o pensamento das mulheres dentro desse movimento.

O anarquismo inseriu-se no Brasil no rastro da imigração europeia (Samis, 2008), consolidando-se como a principal força de organização operária nas primeiras décadas do século XX. Por meio de uma densa rede de associações, sindicatos, escolas livres e imprensa, os anarquistas promoveram greves históricas e contestaram radicalmente a ordem capitalista e o Estado. Foi nessa esfera de uma cultura libertária que mulheres forjaram um espaço singular de atuação.

Para analisar essa produção, adotamos o gênero como categoria de análise (Scott, 1988), focando nossa investigação na escrita feminina no jornal *A Plebe* entre 1917 e 1923. A imprensa anarquista constituiu-se como um espaço fundamental de organização, debate e construção de identidade. Nela, as mulheres não foram apenas colaboradoras, mas intelectuais que articularam a vivência operária com a crítica anticapitalista e a luta antipatriarcal (Rago, 2004).

Assim, ao escovar a história a contrapelo para recuperar o anarquismo, e ao matar o anjo do lar para ouvir as mulheres anarquistas, este artigo demonstra como a escrita feminina libertária se constituiu não apenas como um testemunho de resistência, mas como uma prática intelectual que forjou uma crítica que entrelaçava discussões de gênero e classe.

Escovando o Brasil a contrapelo: anarquismo e esperança libertária durante a Primeira República

Em *Sobre o conceito de história*, em sua Tese VI (1985c), Walter Benjamin estabelece uma ruptura com a visão historicista e positivista, argumentando que essa abordagem tradicional é uma ilusão de objetividade e um perigo, pois na verdade ela serve para consolidar a narrativa dos vencedores, assim, deve-se “arrancar a tradição ao conformismo” (1985c, p. 224). Como destaca Michael Löwy ao comentar as teses de Benjamin: “o pretense historiador neutro, que acede diretamente aos fatos 'reais', na verdade apenas confirma a visão dos vencedores” (Lowy, 2005, p. 65).

Desse modo, a verdadeira tarefa do historiador é “despertar no passado as centelhas da esperança” (Benjamin, 1985c, p. 224). Ou seja, no passado dos oprimidos, o historiador deve buscar outras histórias para além dos grandes feitos, encontrando os momentos em que a esperança e a possibilidade de um futuro diferente existiram, mesmo que tenham sido derrotados. Essa apropriação do passado não é um ato neutro, mas uma ação consciente, e é nesse momento que a visão de progresso ininterrupto e linear da história se desfaz, além de se voltar também para classes e grupos lateralizados na história até então (Lowy, 2005).

Essa ideia aparece também na Tese VII, onde o autor apresenta a ideia de se "escovar a história a contrapelo" (1985c, p. 225). Tal seria a principal tarefa do historiador: trazer à tona as narrativas dos excluídos, dos vencidos. Benjamin critica a empatia do historiador historicista com o vencedor, apontando que:

A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores (Benjamin, 1985c, p. 225).

A partir disso, marca-se também que os bens culturais e materiais, vistos como marcos da civilização, são, na verdade, “monumentos da barbárie” (Benjamin, 1985c, p. 225). Construídos sobre o trabalho anônimo e a exploração dos vencidos, como os escravos, camponeses e operários (Benjamin, 1985c, p. 225), foram relegados ao esquecimento e à lateralização. Porém, ao se opor a essa corrente dominante, o historiador deve escovar a história a contrapelo. Nesse sentido, o autor propõe uma recusa a se identificar e ter empatia com os “heróis” e os feitos dos dominadores e vencedores. Ao contrário, em sua análise, aponta a importância de olhar para o passado a partir da perspectiva dos vencidos — aqueles que a historiografia tradicional deixou de lado — para que possam ter suas histórias também contadas.

É justamente nesse ponto que a proposta benjaminiana de escovar a história a contrapelo oferece uma chave interpretativa importante para analisarmos a história do Brasil. Ao transpor essa crítica para o cenário brasileiro, percebemos como os grupos subalternizados — trabalhadores, negros, indígenas, imigrantes e mulheres — foram sistematicamente silenciados nas narrativas hegemônicas.

Essa invisibilidade não é um mero descuido. Ela demonstra a intenção da historiografia oficial — produzida por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) — de construir uma história que legitimava o Estado e as elites. Nessas narrativas, os sujeitos subalternos foram relegados a papéis secundários, mencionados de forma esporádica ou pejorativa. Suas ações e resistências são apagadas ou distorcidas, a menos que sirvam para reforçar os discursos feitos da elite.

Partindo da perspectiva benjaminiana, o Brasil pós-Proclamação da República (1889) nos apresenta um cenário de uma complexa tensão entre as aspirações de diversos

atores sociais e a perpetuação das estruturas de poder. A república brasileira não trouxe a esperança de uma nova era para todos. Na verdade, consolidou-se como um projeto das elites agrárias e urbanas, sem grandes mudanças em relação ao Império, mantendo a mesma estrutura sociopolítica (Neves, 2018, p. 38). Essa permanência da exclusão foi percebida de forma aguda pelas classes subalternas, em especial a classe operária, que buscou respostas e formas de ação, como observa Batalha:

A expectativa positiva com o novo regime foi seguida de uma igualmente grande desilusão, na medida em que este se mostrou incapaz de atender aos anseios da classe operária. Essa desilusão é um tema que aparece repetidas vezes na imprensa operária nos anos que se seguiram ao 15 de novembro de 1889. Muitos dos futuros socialistas, como o gaúcho Francisco Xavier da Costa (Schmidt, 2004, pp. 273-274), bem como futuros anarquistas, como os paulistas Benjamim Mota e Edgard Leuenroth (Toledo, 1998, p. 102), chegaram a essas concepções conforme viram a República fechar as portas a toda esperança de transformação efetiva (Batalha, 2018, p. 131).

Nesse contexto, o surgimento do operariado urbano e a abolição da escravidão trouxeram consigo uma nova dinâmica social. Longe de ser um fenômeno somente econômico, a formação da classe operária no Brasil foi um processo complexo, cuja identidade coletiva se forjou a partir de experiências compartilhadas de exploração e luta, e não apenas como um efeito automático do crescimento industrial (Batalha, 2018, p. 118).

Essa complexidade foi negligenciada pela historiografia até certo momento, visto que tratava a classe como um resultado direto da estrutura produtiva, desconsiderando as vidas, características como imigração, etnia, entre outras interações cotidianas dos homens e mulheres que também faziam parte desse conjunto. Foi essa complexidade e diversidade que deu lugar a diferentes grupos, embates, correntes e ideologias na formação da classe operária brasileira (Batalha, 2018). O anarquismo é um desses exemplos e chega ao país acompanhado da intensificação da imigração europeia durante a virada dos séculos, se consolidando formalmente no início do século XX.

As ideias anarquistas giram em torno do fim de toda e qualquer forma de autoridade, como o Estado, as Igrejas e outras instituições de poder. Desenvolvido no século XIX por pensadores como Pierre-Joseph Proudhon (1809–1865), Mikhail Bakunin (1814-1876), Piotr Kropotkin (1842–1921) e Emma Goldman (1869–1940), o

anarquismo se consolidou não apenas em teoria, mas também em prática — como as greves e as escolas libertárias.

Sua filosofia pode ser resumida em três princípios fundamentais, como identificado por Silvio Gallo (1990):

1. A autonomia individual, identificada como a busca pela liberdade — para o anarquista, uma condição civilizacional, fruto de uma historicidade e materialidade que deve ser buscada, e não um valor inato — que, em sua plenitude, só é passível de ser atingida havendo plenas condições para sua realização. Para o anarquista, a luta pela liberdade individual é indissociável da luta pela liberdade coletiva;
2. A autogestão social, uma solução antitética a qualquer centralismo, autoridade ou hierarquia em prol de uma horizontalização das relações sociais e produtivas; reflexo da negação histórica anarquista à democracia representativa, a autogestão social implica voluntarismo (em respeito à autonomia individual) e uma democracia participativa que agregue toda a comunidade/grupo em questão; e
3. O internacionalismo, que remete à negação a toda e qualquer forma de dominação e à defesa da fraternidade universal anarquista; naturalmente opostos ao nacionalismo, anarquistas buscam criar uma sociedade efetivamente livre e igualitária para além de fronteiras, sejam elas históricas, nacionais, geográficas ou conceituais (fronteiras de gênero, raça, classe etc.)

Além disso, três práticas anarquistas também são fundamentais, como apontado também por Gallo (1990):

1. Ação direta, uma prática de independência política paralela à institucionalidade burguesa: é autônoma, construída democraticamente nas associações operárias/organizações, rejeitando qualquer intermediário ou delegação de poder;

2. As associações operárias, espaços de manifestação da solidariedade, cooperação e autogestão anarquistas (como sindicatos, centros culturais e escolas) ocorrendo em paralelo e em oposição ao sistema capitalista; e
3. A greve geral, uma das práticas da ação direta, senão a mais importante; é simultaneamente uma tática de educação revolucionária para as massas e um mecanismo de oposição à coerção estatal e capitalista que tem como principal objetivo iniciar ou alavancar um processo revolucionário.

Ideias libertárias, assim como o termo “anarquismo” em questão, precedem a consolidação da classe operária no Brasil, circundando no início do século XIX de maneiras diferentes. Era coloquialmente usado como rotulação de comportamento desordeiro, oposto à ordem e à paz, um (des)qualificativo jacobino usado para atacar antigos aliados (Samis, 2008, p. 1). Uma das principais atribuições no Brasil foi a de que o anarquismo simbolizava uma busca pelo ampliamiento da participação social, por uma liberdade considerada excessiva por grande parte dos governos (Samis, 2008, p. 1).

Dado o teor lateralizado e diminutivo, o termo, já na década de 1830, passou a ser utilizado em jornais e outros meios da imprensa como forma de caluniar e criticar entes e movimentações políticas, a exemplo das publicações “*O Anarquista Fluminense*”, de 1835, e “*O Grito Anarquial*”, de 1848, no Rio de Janeiro (Samis, 2008, p. 1). Mesmo sem possuir ou reproduzir a mesma ideologia já amplamente difundida na segunda metade do século XIX, essas publicações reproduzem uma espécie de atitude que historicamente caracterizou o anarquismo, a de oposição ao poder.

A intensificação da imigração europeia para o Brasil propiciou o aumento da circulação e difusão de ideias anarquistas, mas isso não se deu de forma linear, organizada ou constante — os primeiros casos mais notáveis parecem consideravelmente pontuais. O engenheiro francês Louis L. Vauthier (1815–1901), um adepto de Fourier (1768–1839), junto do jornalista Antônio Pedro de Figueiredo (1814–1859), foram os principais responsáveis pela intensificação da circulação de textos, revistas e ideias fourieristas em Recife (Samis, 2008, p. 4). Outro francês, o médico Benoit-Jules Mure (1809–1858), seria responsável por fundar o jornal “*O Socialista da Província do Rio de Janeiro*”, um dos precursores da imprensa socialista na América Latina (Samis, 2008, p. 4). Mais emblemático — notável e amplamente reconhecido — foi a experiência da Colônia

Cecília. Iniciada em 1890 e durando até 1894, foi fundada por Giovanni Rossi (1856–1943) e se tornou uma das primeiras experiências de uma comunidade anarquista na América Latina (Marshall, 2010, p. 709; Samis, 2008, p. 5).

Essa “bagagem” política europeia veio a “dar frutos” no Brasil com a intensificação da imigração europeia propiciada para o trabalho urbano — exemplo disso é a existência de uma concentração de atividades e núcleos anarquistas no Rio de Janeiro e em São Paulo, núcleos primários de empreendimentos industriais, além dos exemplos mais esparsos e notoriamente rurais. Essa nascente classe operária brasileira era essencialmente estrangeira — e quando não, muitas vezes fruto de migração inter-regional —, notavelmente em São Paulo (Viana, 2024, p. 4).

Parte significativa desses trabalhadores imigrantes era italiana, um fator crucial para a consolidação do anarquismo entre os movimentos operários brasileiros, dado que o próprio movimento operário italiano era fortemente influenciado pelo anarquismo (Viana, 2024, pp. 6-7). Algo similar também ocorre na Espanha, que também proporcionou uma massa de operários influenciados pelo anarquismo (Viana, 2024, p. 7).

Para além da preponderância numérica notável dos imigrantes italianos — 820 mil entre 1888 e 1898 só em São Paulo, que, em 1912, tinha italianos representando 60% dos seus operários têxteis (Viana, 2024, p. 4) —, os operários italianos se destacavam por serem “missionários” anarquistas; eram responsáveis por parte considerável da difusão ideológica e das mobilizações por toda a diáspora, como se observa:

O que distinguia os anarquistas italianos dos anarquistas de outros países era o fato de que, ao emigrar, eles se transformavam em missionários de suas ideias. Homens e mulheres como Malatesta, Merlino, Pietro Gori, Camillo Berneri e sua filha Marie Louise Berneri, exerceram uma influência constante sobre o pensamento e a atividade anarquista internacional até a metade do nosso século. Em todo o Levante, os primeiros grupos anarquistas foram italianos, enquanto que na América Latina e nos Estados Unidos os imigrantes italianos desempenharam um importante papel na difusão de ideias anarquistas durante a década de 1890, tendo publicado mais “jornais expatriados” do que todos os outros grupos nacionais colocados na mesma situação (Woodcock, 1984, p. 128).

Esses “jornais expatriados” se tornaram muito importantes na consolidação do movimento, auxiliando na difusão de ideias e de uma pedagogia revolucionária e, principalmente, na mobilização de classe e na construção de uma identidade (Viana, 2024,

p. 7). Já no final do século XIX e início do século XX, surgiram publicações cruciais, algumas ligadas à tendência anarco-comunista e à comunidade italiana. Jornais como *Il Risveglio* (1889) e *La Battaglia* (1904) foram órgãos principais dessa tendência em São Paulo (Viana, 2024, p. 13), assim como o jornal anarquista *Il Diritto* em 1899, no Paraná, formado por alguns veteranos da Colônia Cecília (Samis, 2008, p. 19).

Jornais como *O Amigo do Povo* (1902) e *A Plebe* (1917), apesar de não terem necessariamente sido fundados por imigrantes italianos ou sequer imigrantes, contavam com forte participação dessas comunidades e simpatia pelas mesmas (Viana, 2024, pp. 12-13). Nesses jornais, as condições precárias de trabalho e a ausência de direitos trabalhistas podiam ser denunciadas, e a oposição a essas condições degradantes — não necessariamente politizada de início — encontrou um potencializador no anarquismo, que prosperou em meio a esse cenário de indignação e oposição ao *status quo*. Esses jornais eram vitais, pois permitiam que os anarquistas, que se viam como cidadãos do mundo (internacionalistas) e rejeitavam a ideia de pátria, criassem laços e comunicassem a luta contra o capitalismo em âmbito global, superando as fronteiras geográficas ou conceituais (Carneiro, 1999, pp. 39–42). Por meio deles, dentre outros meios, ideias relacionadas ao fim da ordem capitalista, autogestão, ação direta e maior liberdade foram desenvolvidas, fortalecidas e adaptadas, criando diferentes correntes. Em síntese, o anarquismo se inseriu nas práticas e vivências operárias do Brasil como uma alternativa para os trabalhadores, imigrantes e outros grupos subalternos que sentiam a necessidade de mudar de vida.

Os jornais eram usados como espaços de convocação de massas e articulação para movimentos grevistas. As greves, um exemplo de ação direta, eram vistas como o principal mecanismo de oposição à coerção estatal e capitalista e como uma “ginástica revolucionária” que prepararia o proletariado para a Revolução Social (Samis, 2008, p. 8). O período entre 1905 e 1920 pode ser apontado como um exemplo desse tipo de mobilização. Em 1906 e 1908, houve duas greves significativas, respectivamente em Porto Alegre e em Santos; em 1912, em São Paulo, houve uma greve envolvendo 100 mil operários — que atingiu seu ápice com a Greve Geral de 1917, um movimento longo, marcado por confrontos e mortes, e que culminou na fundação do Comitê de Defesa Proletária (Viana, 2024, p. 12). No mesmo ano, cerca de 50 mil operários entraram em greve e em direto confronto com a polícia no Rio de Janeiro — que atacou a sede da Federação Operária do Rio de Janeiro, considerada um antro anarquista na cidade (Viana,

2024, p. 12); a cidade também foi palco de outra tentativa de insurreição, em 1919, que também sofreu forte repressão (Viana, 2024, p. 12).

Logo que o Estado começa a perceber a força desses movimentos, surge a preocupação e a repressão se intensifica. Prisões, deportações e o desmantelamento de organizações operárias — como clubes e escolas — começaram a ocorrer ao longo dos anos de 1900 a 1930. O anarquismo era visto como um risco à ordem pública, uma ameaça ao próprio Estado, e a reação deste, portanto, costumava ser brutal e sistemática (Neto, 2019, p. 182). A ideologia era vista pelas elites como subversiva, estrangeira e inadequada à realidade brasileira (um país agrário de população pacata), visão essa utilizada como justificativa para negar a “questão social” e justificar a repressão, tratando as manifestações operárias como um “caso de polícia” (Carneiro, 1999, pp. 6-20; Neto, 2019, p. 181).

A principal legislação voltada especificamente para a repressão anarquista foi a Lei de Expulsão de Estrangeiros (Lei Adolfo Gordo, 1907), que visava deportar imigrantes considerados “nocivos à ordem pública” e coibir a agitação classista. Essa lei foi reeditada e atualizada em 1913 e 1921 (Samis, 2008, pp. 11–14). A violência estatal também se manifestava na forma de prisões, agressões e mortes, invasões e interdições de sindicatos e redações de jornais operários (Carneiro, 1999, p. 29); sob o governo de Arthur Bernardes (1922-1926), foi criada a Quarta Delegacia Auxiliar especificamente para o controle social e político de militantes anarquistas e desafetos do regime; anarquistas foram perseguidos e presos durante o levante tenentista em São Paulo, em 1924, incluindo lideranças como Domingos Passos, que desapareceu (Samis, 2008, pp. 14–32).

Porém, mesmo com a repressão e com o fato de não terem alcançado todos os seus objetivos, o projeto anarquista e os movimentos operários foram importantes para o Brasil. Dentro da diversidade, revelam as culturas operárias, as lutas e reivindicações por direitos. Isso também permite pensar na pluralidade de pessoas que faziam parte desses movimentos, mas que muitas vezes são apagadas, marginalizadas e não levadas em conta — como as mulheres.

Conforme apontado por Cláudio Batalha, a afirmação sobre a composição da classe operária brasileira descrita como “branca, fabril e masculina”, é falsa (2018, p. 118). Certamente, a maioria das organizações sindicais eram lideradas por homens,

inclusive nos setores majoritariamente femininos, como nas associações têxteis (Batalha, 2018). Porém, isso não significa que não havia presença feminina na mão de obra ou exceções dentro das organizações, mas sim que foram lateralizadas na história. Apesar da escassez de relatos, as experiências femininas no movimento operário não só existiram, como sua ausência sistemática nas narrativas historiográficas revela o próprio processo de silenciamento que a historiografia deve combater.

Dessa forma, ao aproximarmos o anarquismo das concepções de benjaminianas, torna-se possível compreender como a repressão e o silenciamento não conseguiram apagar totalmente as experiências e as práticas desses grupos. Escovar a história a contrapelo significa, nesse caso, olhar para além da narrativa oficial que reduziu o anarquismo a uma utopia fracassada, para enxergá-lo como um espaço de construção cultural, política e social da classe operária brasileira. Essa leitura permite não apenas valorizar a diversidade das experiências anarquistas como também abrir caminhos interseccionais para investigar as vozes ainda mais silenciadas, como a das mulheres que, mesmo em uma sociedade patriarcal, atuaram no interior desses movimentos.

Quando classe e gênero se unem: uma análise dos escritos femininos no jornal *A Plebe*

Saindo das grandes narrativas, o historiador, como um observador atento, precisa vagar pelos escombros do passado, buscando os fragmentos e os silêncios que a história oficial deixou de lado (Benjamin, 1985c). Essa abordagem é importante para trazer à tona as vozes de sujeitos marginalizados, tais como as mulheres anarquistas no Brasil do início do século XX, cuja atuação foi frequentemente lateralizada ou apagada pela historiografia tradicional.

Partindo da perspectiva benjaminiana de voltar-se não para os monumentos da cultura oficial, mas para os fragmentos nos quais o historiador encontra matéria para construir uma história ao lado dos que foram vencidos (Benjamin, 1985c), podemos considerar que a história a contrapelo, na análise feita neste trabalho, ocorre de forma dupla: (1) ao analisarmos o movimento anarquista, que, além de reprimido pelo Estado, foi também lateralizado pela narrativa do progresso; e (2) juntamente com o

tangenciamento das mulheres como participantes e partes fundamentais no movimento libertário.

Como observado por Joan Scott (1988), gênero constitui-se como uma categoria útil de análise histórica, visto que nos permite compreender relações de poder e as formas de exclusão presentes na historiografia tradicional. Adicionalmente, a autoria feminina também se mostra como uma relevante forma de se compreender o cotidiano e as visões de mundo das mulheres, que, por muito tempo, foram afastadas da esfera social e intelectual — pelo menos de seu reconhecimento em tais, apesar de suas contínuas lutas e resistências.

As mulheres exerceram papéis relevantes em diferentes lutas sociais, culturais e políticas durante toda a Primeira República. Na luta operária como um todo, também tiveram protagonismo na militância, na imprensa, nas escolas, nos teatros. E, especificamente no anarquismo, a atuação de mulheres se mostrou uma realidade, como Margareth Rago (2004) aponta:

Ao lado dos companheiros libertários, as anarquistas convocavam à construção de uma sociedade autônoma, ou libertária, fundada na solidariedade entre os indivíduos e não na competição, ou na “desenfreada busca de lucro”. Na nova sociedade, sem distinção de raça, idade, sexo ou classe socioeconômica, todos teriam os deveres e os direitos em condições de igualdade. Para isso, deveriam lutar contra todas as formas de manifestação das relações de poder, tanto nas fábricas quanto nas escolas, nos sindicatos, nos grupos sociais e políticos e mesmo no próprio lar (Rago, 2004, p. 695).

Ações, greves e debates eram frequentemente mobilizados por mulheres, que enriqueceram a luta libertária com perspectivas próprias acerca de assuntos como a emancipação, luta social e direitos das mulheres — discussões aliadas ao mesmo objetivo: a liberdade para todos. As anarquistas não se limitaram a apoiar os homens: estavam ativas, criando seus próprios espaços de organização, com protagonismo que se manifestou em diferentes campos e ações diretas, como Espertirina Martins (1902-1942), que participou ativamente de greves e manifestações, destacando-se por carregar uma bomba disfarçada em um buquê de flores durante um confronto com a polícia em 1917 (Schneider, 2019).

A educação, inclusive, foi um campo de grande mobilização do anarquismo. Entre palestras e grupos de estudo, as mulheres atuaram ativamente na busca por uma pedagogia

libertária e uma emancipação pela educação. Os jornais libertários frequentemente ressaltavam a instrução como uma “arma privilegiada de libertação” para a mulher, e as escolas libertárias, além dos encontros noturnos para debates, também se preocupavam em garantir a educação das meninas, como se observa:

Na virada do século, grupos de trabalhadores organizados em torno de ideais políticos, como o socialismo ou o anarquismo, não apenas apresentaram propostas para a educação de suas crianças, mas efetivamente as tornaram realidade através da criação de escolas. Essas iniciativas foram especialmente significativas entre os anarquistas, que ainda davam atenção às questões relativas à educação feminina. Nos jornais libertários, eram frequentes os artigos que apontavam a instrução como uma “arma privilegiada de libertação” para a mulher. Além da imprensa e dos encontros que, à noite, reuniam mulheres e homens em prolongadas palestras e discussões – entre outros temas, tratavam da educação e da participação feminina no movimento operário e na sociedade –, as escolas libertárias também se preocupavam com a instrução das meninas (Louro, 2004, p. 519).

Neste contexto, as pautas de gênero estavam intrinsecamente relacionadas à independência financeira, um pilar da emancipação feminina que se mostrou entrelaçada com a questão de classe. Lutar por melhores condições de trabalho e salários não era apenas uma luta de classe, mas um passo fundamental para que a mulher pudesse subverter a dependência masculina e o papel doméstico — e, assim, matar o “anjo do lar” (Woolf, 2013, p. 5). A junção dessas mulheres apresentava-se como uma articulação do movimento anarquista com as questões de gênero, visto que as mulheres ainda sofriam com o patriarcado, em consonância com suas atividades laborais:

As anarquistas e socialistas procuraram organizar as trabalhadoras, nas primeiras décadas do século, convocando-as para as assembleias sindicais ou para discutir os problemas femininos dentro dos sindicatos e comitês a que pertenciam. Desde o começo da industrialização, elas escreveram inúmeros artigos na imprensa operária, apontando os problemas enfrentados pelas trabalhadoras na produção e na vida social, as péssimas condições de trabalho e de higiene nas fábricas ou nas habitações coletivas e a inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres (Rago, 2004, pp. 692-693).

A união feminina foi materializada em movimentos como a União das Costureiras, que aparece em uma divulgação no periódico anarquista *A Plebe*, como no trecho a seguir,

onde se demonstra a união e agência coletiva feminina no questionamento das más condições de trabalho:

[...] Deu origem ao conflito o excesso de horas de trabalho a que as costureiras eram obrigadas, a continuidade de serões prolongados sem a correspondente remuneração e o não reconhecimento da União por parte do industrial escravizador. Sendo condição imprescindível de victoria a maxima união e solidariedade, é de esperar que os paredistas nos levem a bom termo o seu gesto de reivindicação, mantendo-se intransigentes e coesas até final. Para tratar do assumpto, a União das Costureiras reunirá ás 19 horas de amanhã, na rua da Quitanda, n. 4, e da disso faz sciente, por nosso intermedio, a todas as suas associadas. A proposito, devemos declarar que a referida sociedade resolveu adherir á commemoração do 1.º de Maio, não comparecendo ao trabalho nesse dia. Que bello exemplo, o das moças de costureiras! Nelle se devem rever outras agremiações de salarizados... (A Plebe, 26 abril 1919, p. 3).

A relevância do periódico anarquista vai além da divulgação de ideias, constituindo-se em um espaço fundamental de utilidade e organização operária, servindo como meio de comunicação essencial para a realização de reuniões. Essa imprensa anarquista, portanto, pode ser considerada a principal fonte para a compreensão do movimento no século XX. Margareth Rago (1985) sublinha as facetas desse meio:

Os artigos publicados nesta imprensa nascente e artesanal procuram incentivar o espirito de luta, estimular as resistências nos locais de trabalho, informar e apoiar as pequenas guerras que se travam diariamente: denúncias de exploração, notícias da batalha cotidiana, registros de avanços e recuos, de vitórias e fracassos (Rago, 1985, p. 16)

Sob voz feminina, a imprensa libertária se torna ainda mais importante ao considerarmos não apenas o papel de gênero, mas uma alternativa à imprensa burguesa tradicional, criticada por autores como Walter Benjamin, que afirma que ela “pertence ainda ao capital” (1985d, p. 125). A consolidação da burguesia e do alto capitalismo, enredados à imprensa, possibilitam uma nova forma de comunicação: a informação — que, no caso burguês, causaria o fim da narrativa e a interrupção da comunicação na experiência entre as pessoas (Benjamin, 1985b, p. 202). Para o autor, a habilidade de narrar é um ato humano e que permite aos indivíduos compartilharem experiências. A troca de saberes e a preservação dessas vozes diversas, portanto, são essenciais para que

a existência em comunidade seja "viva" (Bade & Ricon, 2024, p. 4). A preocupação de Benjamin com a narrativa se intensifica ao perceber que a sua ausência levaria a uma barbárie. Quando as vozes dos narradores anônimos — dos homens e mulheres comuns — são silenciadas, apenas as narrativas oficiais sobrevivem.

Em contrapartida, Benjamin define a imprensa soviética como uma alternativa possível (1985d, p. 125), um horizonte e uma antítese ao modelo comunicacional capitalista-hegemônico. Para os anarquistas, embora a experiência soviética não fosse necessariamente uma inspiração direta, ela representava uma alternativa de imprensa além da capitalista. Dessa forma, os anarquistas buscaram uma refuncionalização do jornal, apropriando-se taticamente (Certeau, 1988) desse veículo moderno para subverter a lógica dominante e transformá-lo em um instrumento de intervenção política e produção válida de discurso libertário.

A autoria feminina na imprensa anarquista altera a forma de comunicação da modernidade capitalista ao reintroduzir, de certa forma, o valor da experiência coletiva e uma narrativa dessas mulheres e homens comuns. Enquanto Walter Benjamin associa a imprensa burguesa à ascensão da informação — que isola o indivíduo e empobrece a narrativa (1985b) —, o testemunho das anarquistas usava o jornal para dar exemplaridade às suas vidas e preocupações. Ao se estabelecerem como produtoras de discurso e intelecto, com artigos sobre emancipação, debates e mobilização (Rago, 2004), a escrita feminina nos jornais anarquistas se tornou a própria evidência de sua luta por independência ideológica, social e financeira. E algumas dessas mulheres vão se destacar, como pode ser visto na seguinte colocação feita por Margareth Rago:

Matilde Magrassi colaborava nos jornais *A Terra Livre* e *O Amigo do Povo*, de São Paulo; Isabel Cerruti, no *A Plebe*, Josefina Stefani, Maria Antônia Soares, Maria Angelina Soares, Maria de Oliveira, Tibi e Tereza Fabri foram as militantes que assinaram os artigos publicados na imprensa libertária e organizaram grupos de teatro e tertúlias nos centros de cultura social (Rago, 2004, p. 701).

O periódico anarquista brasileiro *A Plebe* é notório por conter uma significativa escrita feminina. Por isso, a análise para este trabalho será focada no mesmo entre os anos de 1917 a 1923, destacando a pluralidade do movimento a partir da escrita de colaboradoras como Isabel Cerruti (1886-1970), Maria Antonia Soares (1898-1991), Theresa Escobar (s.d.) e Maria Lacerda de Moura (1887-1945). Elas atuaram como

intelectuais do movimento, utilizando o jornal como plataforma para uma crítica incisiva ao sistema capitalista, burguês e patriarcal, defendendo a emancipação total do proletariado, tanto de homens quanto de mulheres.

Isabel Cerruti destaca-se como uma das escritoras mais presentes nas páginas do periódico. Sua participação é marcada por uma interessante questão: o uso de múltiplas assinaturas ao longo de suas colaborações, como Isabel Cerruti, Izabel Cerruti, além de Isa Rutti e outras variações.

Criticou o sistema burguês em sua totalidade, como no trecho de "*Resenha de uma operária*" (1917), onde aborda o tema do desemprego e da miséria extrema que leva o trabalhador ao suicídio, como se pode observar:

Se o pária procura trabalho, não lhe toleram a presença; na porta já elle encontra a taboleta com os arrogantes dizeres: Não se precisa de operarios. Se, resignado, não possui a virtude que todos os homens deveriam possuir, — o amor proprio — estende a mão á caridade. Mas, os corações philanthropicos são raros; e a civilização não tolera o triste espectáculo que proporciona a mendicidade. Enveredar pelo caminho de aventuras nocturnas... repugna á consciencia do homem honrado e trabalhador. E demais, a lei, neste caso, é inexoravel. Logo, o unico recurso para o homem sem trabalho, exgottado o credito e ameaçado de despejo ou penhora pelo senhorio da casa, é... suicidar-se! (A Plebe, 21 out. 1917, p. 2).

Em outra edição (1919), no texto nomeado "*Viva a guerra social*", a autora faz considerações acerca do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Para ela, o conflito foi um "grande mal que trouxe um grande bem" (A Plebe, 1 mar. 1919, p. 2). Ela identifica a guerra não como um mal absoluto, mas como um evento que despertou a consciência da humanidade contra o capitalismo:

Findou-se a guerra pro-capitalismo, inicia-se a guerra contra o capitalismo. Será esta guerra mais formidavel do que a outra, dado o ferrenho apego da classe burgueza aos seus privilegios. [...] Da guerra ateadada pela sanguinia e burgueza resurgiu o proletariado conscio da sua potente fôrça! Elle agora [...] deseja a guerra para abater o seu inimigo seculare (A Plebe, 1 mar. 1919, p. 2).

Em "*Justo protesto contra a burguezia criminosa*", já em uma edição de maio de 1919, Thereza Escobar tece uma crítica à burguesia e ao sistema político da Primeira República, denunciando a exploração da classe trabalhadora. Ela questiona a hipocrisia

das campanhas eleitorais, a inutilidade de leis e do Parlamento que não protegem o operariado. Também enfatiza que a classe trabalhadora, apesar de sustentar a burguesia, é privada do direito a melhores salários e menor jornada de trabalho, como pode ser visto no trecho adaptado:

Para que tanta campanha eleitoral, quando o fim primordial que faz mover o povo burguez são os interesses mesquinhos do desejo pueril da boa collocação publica? [...] Si o burguez que nada faz senão furtar o suor da classe calosa, tem direito a dormir em acolchoados até além do sol alto, porque razão o operario, sendo seu sustentaculo, não terá o justo direito de descansar mais alguns minutos e comer melhor pão? [...] Lembremos, amigos, jamais necessitamos dos favores da classe burguesa, ella é que necessita de nós (A Plebe, 24 maio 1919, p. 2).

Muito além das lutas operárias, a perspectiva anarquista sobre a autonomia feminina a considera indissociável da luta social mais ampla, visando a erradicação de todas as instituições dominantes que funcionam como ferramentas de opressão. A liberdade só é atingível quando outras condições sociais são alcançadas, pois está intrinsecamente relacionada à construção de um mundo de paridade, onde quaisquer relações de poder e hierarquias são inexistentes. Assim, o anarquismo reconhece a existência de barreiras específicas, como as enfrentadas pelas mulheres, e postula que a liberdade individual é inatingível sem a liberdade coletiva, exigindo que a sociedade deixe de ser reprimida pelas instituições opressoras para que a emancipação feminina seja possível.

As discussões acerca dos direitos femininos andavam lado a lado com as discussões políticas, econômicas e culturais do anarquismo. Na coluna "*Assuntos femininos*", que aparece pela primeira vez no ano de 1920, Maria Antonia Soares em "*O que é preciso*", argumenta sobre como o surgimento de reivindicações para as mulheres está relacionado às condições de sofrimento moral e físico impostas a elas. A partir disso, ela enumera algumas saídas propostas, como o voto, a independência econômica, a instrução e a igualdade salarial. Porém, reconhece que tais direitos, sozinhos, não resolveriam a desigualdade feminina — o voto, por exemplo, seria inútil, como afirma. Ela propõe o respeito mútuo entre os sexos como o verdadeiro caminho para o sucesso e a emancipação, e iguala o homem e a mulher ao afirmar que ambos estão submissos ao

capitalismo e à burguesia e, por isso, devem lutar em conjunto, como se observa no trecho adaptado:

Mas, não é, não. A verdadeira emancipação da mulher não consiste nisso nem com isso apenas se consegue [...] O respeito, o respeito entre nós, presos, afinal, à mesma algema, apesar da diferença de sexos é o que é preciso (A Plebe, 27 nov. 1920, p. 3).

Na edição seguinte, em 18 de dezembro, a mesma autora continua escrevendo sobre as condições femininas em uma sociedade estruturada pelo patriarcado. No artigo “*A formozura da mulher*”, ela argumenta sobre a relação entre a destruição da vontade e autonomia feminina, o falso dever da beleza e o verdadeiro direito à beleza.

O texto inicia com a autora utilizando de uma história, onde afirma que, de todas as injustiças, nenhuma revolta tanto quanto a imagem de uma mãe pobre assistindo à morte de seu filho por fome, especialmente num mundo com recursos suficientes para salvá-lo. Para a autora, este cenário revela a profundidade de um mundo onde a má organização social é tão perversa que consegue destruir até mesmo os sentimentos mais altos e intangíveis do coração feminino. Maria Soares argumenta que tudo na vida — a educação, os costumes e os preconceitos — conspira para destruir a vontade da mulher (A Plebe, 18 dez. 1920, p. 2). O resultado é a perda da autonomia, reduzindo-a a um ser passivo. Embora reconheça uma minoria de mulheres que resistem, como aponta:

A¹ vezes, ou por ser de uma natureza especial, ou porque os seus preceptores não eram demasiado tradicionalistas, ela consegue reagir; e assim obtem-se essa classe de mulheres que, apesar de tudo, são capazes ainda de qualquer iniciativa, algumas até, embora poucas, de levar a efeito grandes empresas (A Plebe, 18 dez. 1920, p. 2).

Para a autora, a maioria compõe uma legião de seres passivos, que apenas reproduzem ideais limitados, incapazes da mais simples iniciativa¹. A mãe que nada pôde fazer por seu filho é o exemplo desse problema, visto que não sabia que poderia fazer algo para além da moral feminina. O cerne da questão é que a maioria das mulheres foi privada dessa capacidade de ação. A escritora conclui essa parte da discussão, apontando que ser bela seria imposto como o dever principal da mulher:

¹ Para o objetivo deste trabalho — analisar as contribuições e discussões de autoria feminina na imprensa anarquista — não procuramos problematizar, discutir e/ou aprofundar essas questões.

Mas, para poder compreendê-lo e pô-lo em prática, é preciso que essa mulher saiba pensar e agir. E há tantas mulheres que não sabem isso! Sintetizando tudo isto, sob um ponto de vista exclusivamente feminino, a conclusão é desoladora. Sempre, sempre a mulher fazendo sentir os efeitos desastrosos da sua triste condição! E, sobre a dor e a miséria moral da sua sombria existência, um dever se lhe impõe imperioso: ser bela (A Plebe, 18 dez. 1920, p. 2).

A síntese da questão proposta é que a mulher vive constantemente subjugada e sofrendo as consequências de sua condição social e moralmente restrita. Em meio a tantas imposições sociais, o dever de ser bela também se junta às exigências femininas. Porém, para a mulher pobre ainda existe um adendo: ela é consumida pela luta diária pela sobrevivência, pelo trabalho infantil e pela má nutrição, o que impede a própria manifestação da beleza, como afirma a autora:

Para os pobres, a beleza é uma ilusão fugaz, dissipada aos embates da miséria e da luta tenaz pelo pão de cada dia. Só para ela não há sequer infância e juventude, que as consome a fábrica e a oficina e sobretudo a falta de boa alimentação. E mesmo ricas, a beleza é deformada pelos artificios que a moda impõe e destruída pelos vícios que a ociosidade gera (A Plebe, 18 dez. 1920, p. 2).

Ela estende a crítica à mulher rica, burguesa. Para a escritora, a beleza dessa classe é "deformada" pela superficialidade. Ela conclui que a beleza é um direito feminino que tangencia questões da estética e da justiça, e aprofunda, afirmando que:

E quando digo bela, não me refiro apenas a beleza física, que essa, isolada, pouco vale. Eu reclamo para a mulher o direito de conservar a sua juventude e a sua beleza, sem estiolá-la numa vida de trabalhos, privações e mortificações de toda a classe, tendo a iluminar-lhe a face e a forbozeá-la a expressão, o brilho de uma inteligência despertada, o reflexo de uma alma sã, grande, nobre (A Plebe, 18 dez. 1920, p. 2).

A autora estabelece um contraste moral e estético: a beleza da anarquista e revolucionária Louise Michel (1830-1905) é superior à beleza egoísta de figuras que, para manter sua aparência, exigem o esbanjamento de riquezas, o que resulta na fome e na morte de inocentes. Maria Soares conclui que a única solução para que nasça o verdadeiro tipo de "mulher formosa" é a criação de uma sociedade justa e igualitária, que eleve a moral e garanta a subsistência feminina. Assim, a redefinição da estética e da moralidade

feminina se une à luta de classes, postulando que a emancipação feminina deve ser uma revolução moral e de subjetividade, além de política e econômica.

No limiar deste texto, não cabe discutir todas as contribuições de autoria feminina, porém, até aqui, a relação entre as visões de mundo anarquista e os direitos das mulheres mostrou-se característico no periódico analisado. Enquanto a autora Maria A. Soares já havia se posicionado sobre a inutilidade do voto feminino, Isabel Cerruti, em outros momentos, também reforça essa crítica e a direciona publicamente à escritora Maria Lacerda de Moura.

Maria Lacerda, também colaboradora do *A Plebe* em diversos momentos e assuntos, como por exemplo no texto sobre educação “*Sciencias basicas e auxiliares da Pedagogia*”, presente nas edições de 10, 17 e 24 de maio de 1924, teve sua trajetória problematizada e analisada por Isabel Cerruti. Quando se aproximou de discussões feitas por feministas que não se inseriam totalmente no anarquismo e que lutavam prioritariamente pelo direito ao voto, acabou cometendo uma atuação contraditória, visto que o anarquismo se distinguia fundamentalmente do feminismo sufragista, pois repudiava o Estado e qualquer participação em suas instituições. Cerruti critica publicamente a aproximação de Maria Lacerda de Moura das pautas feministas que incluíam o direito ao sufrágio.

Em “*Ponderando*”, na edição de 27 de outubro de 1923, Isabel escreve um texto onde apresenta uma análise e apreciação das conferências e da evolução do pensamento de Maria Lacerda. Cerruti (usando a variação Isabel Silva) reconhece o valor da outra anarquista, considerando-a um “ponto luminoso” na escuridão social brasileira e elogiando sua “vontade forte e decidida” e seu desejo de trabalhar pela “causa geral da humanidade” (*A Plebe*, 27 out. 1923, p. 3). A autora marca que leu o livro *Renovação* e observou que as ideias de Maria sobre emancipação feminina pareciam, inicialmente, um pouco hesitantes diante da complexidade dos problemas sociais:

[...] D. Maria Lacerda, portanto, constituia um ponto luminoso neste ambiente trevoso em que vivemos. Interessei-me, por isso, pela sua obra e a seguia de longe, presa sempre de maior curiosidade pelo que ella vinha realizando. Li 'Renovação'. Achei a explanação das ideias contidas nesse livro a um tanto vacilante ao enfrentar a emmaranhada floresta dos problemas sociaes, partindo do ponto de vista relativo á emancipação feminina (*A Plebe*, 27 out. 1923, p. 3)

É a partir desse ponto que Isabel apresenta as ideias que tem em conflito com Maria Lacerda — a aproximação ao feminismo burguês, atrelado ao movimento sufragista. Isabel, apesar de também desejar a "integralização nos direitos sociais" da mulher (que seria a emancipação completa), combatia veementemente essa campanha sufragista. A autora via o direito ao voto e a "emancipação" oferecida pela burguesia como uma ilusão, como afirma:

Entretanto, D. Maria Lacerda fazia longa e franca propaganda do suffragio feminino. E eu, como mulher, combatia essa campanha; pois aspiro á minha integralização nos direitos sociaes, mas a quero completa e de facto. E para isso é preciso antes que o sexo opposto se agite para obter a sua carta de alforria, da escravatura que junte os dois sexos no tronco do capitalismo, para então proclamar-se a emancipação da mulher dominando no lar, donde a arrancou a burguezia para fazer della instrumento passivo da exploração do trabalho relegando o sexo forte á condição de seres amesquinados, miserrimos automates destinados á arte de matar, martyres a serem immolados no altar da patria para a bacanal de sangue em que se embriagam, insaciaveis, os agraciados pelo deus dinheiro (A Plebe, 27 out. 1923, p. 3).

Assim sendo, a verdadeira escravidão, que une (e desune) homens e mulheres, está no cerne do capitalismo, e Isabel lamenta que Maria Lacerda estivesse promovendo um tipo de feminismo atrelado a tal. Ela se recusa a apoiar ou criticar abertamente Maria, pois a via em uma atitude hesitante, ambígua, visto que reconhecia os diversos problemas enfrentados pelas mulheres trabalhadoras, mas, ao mesmo tempo, estava pregando um "feminismo burguês". A autora marca que esperava que Lacerda definisse sua posição de forma clara.

Por fim, Isabel afirma que notou uma certa evolução no pensamento de Maria Lacerda de Moura, que move suas ideias para uma posição mais alinhada com os ideais de justiça social de Isabel Cerruti — e do anarquismo, como afirma:

Deslindando a fonte do mal, entrou a operar atacando pela base e viu bem claro que pretender a emancipação da mulher no regimen da exploração do braço productor, é com o agravante da corrupção que envolve os caracteres, vendavel, é coisa bem risivel. [...] Foi esse assumpto estudado, com solidez e argumentos, na conferencia realisada por ocasião do festival dos graphics. Num vibrante estylo D. Maria Lacerda analysou os caracteristicos da mulher burgueza, da media burguezia e da proletaria, terminando numa apotheose ao delicado problema da emancipação feminina de accordo com os mais altos ideaes humanos. [...] Fiquei satisfeltissima naquelle domingo jubilosa

por vêr a evolução que se ia operando naquelle cerebro feminino, que com tanta galhardia se destacava do vulgar, aureolado do luz, inspirando bondade e nobreza (A Plebe, 27 out. 1923, p. 3)

Na edição seguinte, em 10 de novembro de 1923, Isabel Cerruti analisa outras falas de Maria Lacerda proferidas em uma conferência, concluindo e concordando que:

Na conferencia do dia 25 de Agosto, D. Maria Lacerda deixou bem patente os sentimentos que exornam o seu character, nesta simples frase que ella frisou com bastante energia: — Paz entre nós, guerra aos exploradores do homem! Muito bom! (A Plebe, 10 nov. 1923, p. 2).

A partir dessas discussões no *A Plebe*, fica evidente que, no cerne do debate sobre as desigualdades de gênero para as anarquistas, um tópico era central e inegociável: a luta contra o sistema burguês-capitalista. A crítica das anarquistas ao sufrágio feminino baseava-se na convicção de que de nada adiantaria às mulheres conquistarem o direito ao voto ou qualquer outro direito que, alinhado à burguesia dominante e às instituições estatais, as mantivesse submetidas ao modelo capitalista que às limitava de ter condições financeiras dignas para ter um lugar próprio — tanto fisicamente quanto ontologicamente. Para elas, a verdadeira emancipação feminina só seria alcançada pela destruição total do Estado e do capital, e não pela integração a ele.

Por fim, um importante adendo deve ser colocado: quando analisamos especialmente o anarquismo, um certo paradoxo pode ser identificado. Ao mesmo tempo em que o movimento se contrapunha veementemente a instituições opressoras como o Estado e a Igreja, frequentemente reproduzia ideais patriarcais. São heranças de um legado cultural e social, que não podem ser definidos apenas como uma falha intrínseca ao que a ideologia libertária propunha.

Essa perspectiva também foi explorada por Margareth Rago no texto “*Escrever de novo a palavra mulher*”: *recontando a história das lutas feministas* (2008), no qual escreve sobre um grupo de militantes anarquistas ativas durante a Revolução Espanhola (1936-1939). Nesse estudo, ela situa uma discussão importante: o papel e a relação entre a atuação dessas mulheres e o anarquismo — debate que se encaixa perfeitamente aqui. Para Rago, há uma visão errônea de que, se houve a necessidade de as mulheres abrirem caminhos e lutarem por espaço dentro do anarquismo, houve, necessariamente, uma falha

no movimento como um todo. Porém, afirma que a necessidade do espaço feminino não implica que todos os homens eram machistas, como observa:

De um lado, afirmar a necessidade de criar um espaço próprio para as mulheres pobres discutirem maternidade, casamento, adultério, aborto, prostituição, a elevação dos salários, a ausência de melhores oportunidades econômicas e de acesso à cultura não implica necessariamente nivelar todos os homens em nossa sociedade, acreditando que todos são machistas do mesmo modo. Implica, sim, questionar as estruturas patriarcais da sociedade moderna e suas manifestações microscópicas nos múltiplos espaços da vida cotidiana (Rago, 2008, p. 158).

Porém, de forma coexistente, não significa que o anarquismo, elaborado dentro de uma sociedade arranjada pelo patriarcado, também não iria reproduzir tais questões — e que também não era capaz de deixar de as reproduzir ou questioná-las. É o outro lado que Rago também aprofunda:

De outro lado, afirmar que os anarquistas defendiam a emancipação da mulher, o amor livre, a educação libertária, a autogestão econômica e a descentralização política não significa dizer que todos os militantes e simpatizantes tivessem nascido já anarquistas e, portanto, que não necessitassem de um trabalho pessoal para transformarem-se em sujeitos éticos, isto é, capazes de praticar aquilo que postulavam como exercício da liberdade, da justiça social e da criação de novas formas de sociabilidade (2008, p. 158).

A menor presença feminina ou a marginalização em espaços de direção não se dava necessariamente por uma exclusão do anarquismo, mas sim por uma sociedade que, há séculos, foi pautada no patriarcado e na inferiorização da mulher como sujeito. Contudo, é essencial sublinhar que essa herança patriarcal foi um campo de tensão e debates dentro do movimento libertário, com as próprias anarquistas questionando e agindo para superar essas contradições, transformando gradualmente as práticas internas em um processo ativo de emancipação. Além disso, a própria reivindicação feminina de um lugar para expor suas particularidades não é um indicador de uma lateralização delas propositalmente, e sim a condição de existência de um lugar também delas.

A análise das páginas do periódico *A Plebe* e da escrita feminina libertária na Primeira República demonstra que o anarquismo se constituiu como um espaço de emancipação em processo, existindo no limiar de complexas contradições. O anarquismo

revelou-se um dos poucos espaços ideológicos do período a fornecer determinada estrutura e a liberdade para que as mulheres não apenas enxergassem sua atuação como igualitária, mas também pudessem desafiar e transformar as estruturas internas e externas que ligavam o patriarcado ao capitalismo. É na tensão entre o ideal de liberdade total e práticas sociais herdadas que se encontra a maior contribuição deste estudo: a escrita feminina libertária é um testemunho ativo de que a luta pela emancipação social está lado a lado da emancipação de gênero, e que ambos sempre foram contestados.

Considerações finais

A análise empreendida neste artigo permitiu alcançar o objetivo central de explorar as facetas do anarquismo no Brasil da Primeira República a partir de uma perspectiva de gênero (Scott, 1988), focando na escrita feminina no jornal *A Plebe*. Ao adotar o método benjaminiano de "escovar a história a contrapelo" (1985c), foi possível iluminar um duplo processo de silenciamento: o do movimento anarquista como um todo, reprimido pelo Estado e negligenciado pela historiografia oficial, e o das mulheres dentro desse próprio movimento, cujas vozes e ações foram frequentemente marginalizadas.

A investigação demonstrou que o anarquismo não foi meramente uma ideologia política importada ao Brasil, mas uma prática social viva e adaptada que ofereceu um espaço singular para a atuação feminina. Por meio da imprensa libertária, em especial o periódico *A Plebe*, mulheres como Isabel Cerruti, Maria Antonia Soares e Thereza Escobar estabeleceram-se como intelectuais e militantes, produzindo uma crítica que articulava a luta de classes com a emancipação de gênero. Seus escritos revelam uma consciência aguda de que a opressão patriarcal e a exploração capitalista eram faces da mesma moeda, e que a verdadeira libertação da mulher passava necessariamente pela destruição de ambas as estruturas.

O estudo desses textos também permitiu visualizar as tensões e contradições inerentes a esse processo. A crítica veemente ao sufrágio feminino, vista como uma integração ilusória ao Estado burguês, além de os debates internos, evidenciam a complexidade do pensamento anarquista sobre a questão da mulher. O movimento era um campo de reflexão, onde as próprias mulheres agentes negociaram e construíram seu

lugar, desafiando tanto as estruturas sociais mais amplas quanto eventuais heranças do patriarcado no interior do movimento.

Portanto, este artigo conclui que a escrita feminina anarquista na Primeira República representa mais do que um capítulo da história do movimento operário; ela é um testemunho potente de uma luta por emancipação integral. Ao "matar o anjo do lar" woolfiano e, ao mesmo tempo, combater o capitalismo, essas mulheres praticaram, na teoria e na ação, a esperança libertária que Benjamin via nos escombros da história. Recuperar suas vozes não é apenas um exercício historiográfico que busca ressaltar os subalternos; é uma forma de reafirmar, no presente, a potência daquelas que souberam semear a centelha de um futuro diferente. A militância feminina em periódicos como *A Plebe* confirma que o anarquismo não é apenas um marco na história das ideias, mas um lugar onde a mulher se constituiu como sujeito ético e político — um legado que ressoa até hoje na luta pela liberdade total. Apropriar-se desse passado, escovando-o a contrapelo, é, assim, um ato político.

REFERÊNCIAS

FONTES

A Plebe: periódico libertário. São Paulo, SP: [s.n.], 1917-1951. Arquivo Edgard Leurenroth (UNICAMP).

A Plebe, 21 jul. 1917. n. 6.

A Plebe, 4 ago. 1917. n. 8.

A Plebe, 11 ago. 1917. n. 9.

A Plebe, 25 ago. 1917. n. 11.

A Plebe, 30 set. 1917. n. 15.

A Plebe, 21 out. 1917. n. 18.

A Plebe, 22 fev. 1919. n. 1.

A Plebe, 1 mar. 1919. n. 2.

A Plebe, 22 mar. 1919. n. 5.

- A Plebe*, 29 mar. 1919. n. 6.
- A Plebe*, 26 abr. 1919. n. 10.
- A Plebe*, 1 mai. 1919. n. 11.
- A Plebe*, 24 mai. 1919. n. 14.
- A Plebe*, 21 jun. 1919. n. 18.
- A Plebe*, 19 jul. 1919. n. 22.
- A Plebe*, 20 dez. 1919. n. 47.
- A Plebe*, 13 mar. 1920. n. 56.
- A Plebe*, 27 nov. 1920. n. 91.
- A Plebe*, 18 dez. 1920. n. 95.
- A Plebe*, 18 jun. 1921. n. 122.
- A Plebe*, 19 dez. 1922. n. 198.
- A Plebe*, 27 out. 1923. n. 221.
- A Plebe*, 10 nov. 1923. n. 222.

BIBLIOGRAFIA

- BADE, L. H. B; RICON, L. C. C. As Ruínas da Experiência: narrativas outras no pensamento histórico de Walter Benjamin. *Revista Ciências Humanas*, [S. l.], v. 17, n. 1, 2024.
- BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889- 1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 1. pp. 117-149.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985a, pp. 114-119.
- BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. Conferência pronunciada no Instituto para o Estudo do Fascismo, em 27 de abril de 1934. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985d, pp. 120-136.

- BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985b, pp. 197-221.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985c, pp. 222-234.
- CARNEIRO, Ricardo São José. *Anarquismo e Imaginário na Primeira República: (Des)construindo a representação do anarquismo como “planta exótica”*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano:1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FONTANA, Josep. O esgotamento do modelo acadêmico (1918-1939). In: FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp. 243-260.
- GALLO, Sílvio D. de Oliveira. *Educação Anarquista: por uma pedagogia do risco*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- LOURO, Guacira Lopes. As mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 516-560.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARSHALL, Peter. *Demanding the impossible: a history of anarchism: be realistic: demand the impossible!* Oakland, CA: PM Press, 2010.
- MENDES, S. C. As mulheres anarquistas no Brasil (1900-1930): entre os esquecimentos e as resistências. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 18, n. 210, pp. 63-75, 16 nov. 2018.
- NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889- 1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 1, pp. 150-185.
- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889- 1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 1, pp. 12-43.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. “Escrever de novo a palavra Mulher”: recontando a história das lutas feministas. In: FERREIRA, Celso, BEZERRA, Holien Gonçalves, LUCA, Tania Regina de (Orgs.) *O historiador e seu tempo: encontros com a história*. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008, pp. 139-161.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 674-707.

SAMIS, Alexandre. *O anarquismo no Brasil*. História do Anarquismo. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Faisca: Imaginário, 2008.

SCOTT, Joan. *Gender on the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.

SCHNEIDER, Nicole Angelica. As mulheres no movimento anarquista em Porto Alegre na Primeira República (1889-1930). In: *Diálogos entre História e Gênero: Costumes, Práticas e Fazeres* [recurso eletrônico] / Marluce Dias Fagundes et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. pp. 37-52.

STUMPP, Tallita; RICON, L. C. C. Sobre Histórias e Vulcões: Walter Benjamin e a coleção de narrativas. *REVISTA ENSINE*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2023.

VIANA, Nildo. A Aurora do Anarquismo no Brasil. *Marxismo e Autogestão, Capitalismo e Luta de Classes*. n. 14, 2024.

WOOLF, Virginia. Profissões para mulheres. In: WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.